

**CONTRATO N.º 083/2021**

**CT SIAD N.º 9289858**

**CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E A AGÊNCIA ENERGIA PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA TÉRMICA - EIRELI, NA FORMA AJUSTADA.**

**LOCATÁRIA:** Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ**, com sede na Av. Álvares Cabral, n.º 1.690, bairro Santo Agostinho, nesta Capital, CEP: 30.170-008, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, **Márcio Gomes de Souza**.

**LOCADORA:** Agência Energia Projetos e Consultoria em Engenharia Térmica - Eireli, inscrita no CNPJ sob o n.º 73.611.543/0001-19, com sede na Rua Dr. Jarbas Vidal Gomes, n.º 30, conjunto 505, Cidade Nova, em Belo Horizonte/MG, CEP: 31.170-070, representada por **Rodrigo Cunha Trindade**, inscrito no CPF sob o n.º 673.197.506-00 e no RG sob o n.º M-4.397.154 – SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Dr. Jarbas Vidal Gomes, n.º 30, conjunto 505, Cidade Nova, em Belo Horizonte/MG, CEP: 31.170-070.

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato de locação, nos termos da Lei Federal n.º 8.245/91 e suas alterações, e, no que couber, da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme Ato de Dispensa de Licitação n.º 075, de 12/08/2021, fundamentado no art. 24, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto**

O objeto do presente contrato é a locação das salas 706 e 708 do Edifício Ouro Preto Office, situado na Rua Ouro Preto, n.º 581, Barro Preto, em Belo Horizonte/MG.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Da finalidade da locação**

As salas ora locadas destinam-se à acomodação de duas das Promotorias de Justiça da Família.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - Do valor do aluguel e encargos indiretos**

Os valores do aluguel e dos encargos indiretos do imóvel ora locado serão os abaixo discriminados:

Aluguel (mensal): R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

Condomínio (mensal estimado): R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais);

Energia elétrica (mensal estimado): R\$ 500,00 (quinhentos reais);

IPTU e Taxa de coleta de lixo (anual estimado): R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

#### **CLÁUSULA QUARTA - Da forma de pagamento**

a) O aluguel vencerá, impreterivelmente, todo dia 30 de cada mês e o seu pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

b) O aluguel será pago através de depósito em conta bancária nominal à **Locadora**, a ser formalmente indicada por esta à Superintendência de Finanças da **Locatária**, no ato de assinatura deste instrumento.

b.1) Caso fique impossibilitado o pagamento mediante depósito bancário, este será realizado através de cheque nominal à **Locadora**, encaminhado pela Superintendência de Finanças da **Locatária**, por intermédio do representante da **Locatária** designado nos termos da cláusula décima sexta para acompanhamento da execução do presente contrato, até o 10º (décimo) dia a contar do fato que gerou a impossibilidade.

b.2) Neste caso, a **Locadora** encaminhará recibo à **Locatária**, no qual deverá constar o endereço completo do imóvel locado, o nome da **Locadora**, o valor recebido, o período e a despesa a que se refere e a data do recebimento do cheque.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Dos encargos da locação**

a) Além do aluguel, pagará a **Locatária**, nas épocas próprias, os valores referentes ao condomínio, à energia elétrica, ao IPTU e Taxa de coleta de lixo, proporcionalmente ao tempo de ocupação do imóvel;

b) Os pagamentos dos valores referentes ao condomínio, à energia elétrica, IPTU e Taxa de coleta de lixo serão efetuados de forma direta pela **Locatária**, devendo as respectivas faturas/guias serem enviadas ao Setor de Protocolo da Procuradoria, pelo responsável para acompanhar a execução do presente contrato designado nos termos da cláusula décima sexta, em até 07 (sete) dias úteis anteriores ao vencimento das mesmas;

b.1) Caso as faturas/guias de condomínio, energia elétrica, IPTU e Taxa de coleta de lixo não sejam encaminhadas no prazo acima previsto, as eventuais multas serão arcadas pelo responsável para acompanhar a execução do presente contrato, designado nos termos da cláusula décima sexta.

**Subcláusula única** – Fica vedado à **Locadora** efetuar quaisquer pagamentos relativos às despesas acima mencionadas, as quais serão quitadas apenas pela **Locatária**, diretamente aos órgãos ou concessionárias de serviço público. Caso seja realizado pagamento de forma diversa do pactuado neste instrumento, a **Locatária** não arcará com o ressarcimento dos valores correspondentes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Da prova de pagamento**

A comprovação do pagamento pela **Locatária** far-se-á mediante comprovante de crédito, no caso de depósito bancário, e mediante recibo, na hipótese prevista na alínea “b.1” da cláusula quarta. Nesse último caso, o pagamento do aluguel do mês subsequente será condicionado ao recebimento do referido documento pela Procuradoria, no qual deverá constar o endereço completo do imóvel locado, o nome da **Locadora**, o valor recebido, o período a que se refere, a data do efetivo pagamento e a despesa a que se

refere.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - Do valor global e das dotações orçamentárias**

O valor global estimado do presente contrato é de **R\$ 284.000,00** (duzentos e oitenta e quatro mil reais), sendo:

- a) R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para **pagamento do aluguel**, à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-20 Fonte 10.1;
- b) R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) para **pagamento do condomínio**, à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-37 Fonte 10.1;
- c) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para **pagamento da energia elétrica**, à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 Fonte 10.1;
- d) R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) para **pagamento do IPTU**, à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 Fonte 10.1;
- e) R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) para **pagamento da taxa de coleta de lixo**, à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 Fonte 10.1, com os respectivos valores reservados e suas equivalentes nos exercícios seguintes.

## **CLÁUSULA OITAVA – Das obrigações das partes**

### **8.1) Da Locatária:**

- a) efetuar os pagamentos nas datas estipuladas neste contrato;
- b) utilizar o imóvel locado apenas para a finalidade mencionada na cláusula segunda deste instrumento, abstendo-se de transferir seu uso, mediante cessão, sublocação ou empréstimo a terceiros, sem prévio consentimento da **Locadora**;
- c) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições do presente contrato, por intermédio do representante designado nos termos da cláusula décima sexta;
- d) devolver as chaves do imóvel à **Locadora**, finda a locação, restituindo-o no mesmo estado em que o recebeu, salvo deteriorações decorrentes do tempo e do uso normal e adequado deste, mediante assinatura do Protocolo de Devolução de Chaves, conforme cláusula décima segunda deste contrato.

### **8.2) Da Locadora:**

- a) entregar as chaves do imóvel na data de assinatura do Protocolo de Entrega de Chaves, o qual será emitido, exclusivamente, pela Superintendência de Engenharia e Arquitetura da **Locatária**;
- b) providenciar, junto à gerência do condomínio, a regularização do imóvel junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);
- c) abster-se de efetuar quaisquer pagamentos relativos aos encargos indiretos gerados com a locação (condomínio, energia elétrica, IPTU e Taxa de coleta de lixo);
- d) informar imediatamente à **Locatária** quaisquer alterações na titularidade ou fruição do imóvel objeto do presente contrato, bem como acerca da constituição de qualquer ônus sobre o imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
- e) apresentar à **Locatária** Certidão Atualizada de Registro de Imóveis, a cada prorrogação deste contrato;
- f) permitir que a **Locatária** realize as benfeitorias necessárias no imóvel locado ou realizá-las no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação expedida pela **Locatária**, nos termos da cláusula décima terceira deste contrato;
- f.1) o prazo a que se refere esta alínea poderá, a critério exclusivo da **Locatária**, ser reduzido em até 05 (cinco) dias, em caso de urgência.

g) Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal, trabalhista e de qualificação exigidas para assinatura do presente contrato, inclusive as relativas à regularidade perante o INSS, o FGTS, a Justiça do Trabalho e a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, para apresentação à Superintendência de Gestão Administrativa da **Locatária** sempre que as certidões, referentes às condições supramencionadas, tiverem suas validades vencidas e, também, sempre que solicitado, sob pena de suspensão de pagamentos devidos pela Procuradoria.

#### **CLÁUSULA NONA - Da vigência**

A vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado e/ou alterado, através de termos aditivos, mediante acordo entre as partes.

**Subcláusula única** – Este contrato terá efeitos financeiros a partir da data de assinatura do Protocolo de Entrega de Chaves pelas partes, o qual deverá ser emitido, exclusivamente, pela Superintendência de Engenharia e Arquitetura (setor técnico competente) da **Locatária**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - Do reajuste**

A periodicidade para reajuste do valor mensal do aluguel será de 12 (doze) meses, contados da data de início da vigência deste contrato, e obedecerá à variação nominal do IPCA-IBGE, apurado a partir do segundo mês que antecede o próximo período, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, ainda, mediante acordo entre as partes.

**Subcláusula única** – A concessão do reajuste depende de requerimento expresso da parte interessada, antes do vencimento do período a ser considerado como base para o respectivo cálculo, sob pena de preclusão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do recebimento do imóvel**

Para se verificar o real estado do imóvel a que se refere a cláusula primeira deste contrato, na data do início desta locação, lavrou-se um termo de vistoria que será assinado pelos contratantes, passando o mesmo a ser parte integrante deste ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da devolução do imóvel**

A devolução do imóvel locado dar-se-á no último dia da vigência deste contrato, mediante assinatura do Protocolo de Devolução de Chaves pela **Locadora** e por servidor da Superintendência de Engenharia e Arquitetura/Divisão de Manutenção da **Locatária**.

**Subcláusula primeira** – Se, por ocasião da devolução do imóvel, a **Locadora** verificar que eventuais deteriorações no mesmo excedem o seu uso normal, deverá efetuar as respectivas ressalvas no Protocolo de Devolução de Chaves.

**Subcláusula segunda** – Caberá à **Locatária** providenciar os reparos pertinentes no imóvel, desde que não se caracterizem como resultantes do uso normal dos bens, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Protocolo de Devolução de Chaves.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das benfeitorias**

Quaisquer benfeitorias a serem introduzidas no imóvel ora locado carecerão de prévio e expresso consentimento da **Locadora** e poderão ser providenciadas pela **Locatária** ou pela **Locadora**, mediante

acordo entre as partes. As benfeitorias, se úteis ou necessárias, consertos ou reparos passarão a fazer parte integrante do imóvel, não assistindo à **Locatária** o direito de retenção ou indenização, salvo se as benfeitorias forem consideradas necessárias.

**Subcláusula primeira** – No caso de as benfeitorias necessárias terem sido providenciadas pela **Locatária**, os valores correspondentes serão compensados dos respectivos aluguéis. Caso o valor da(s) benfeitorias(s) seja superior ao do aluguel, a diferença passará como crédito a ser compensado no mês ou meses seguintes, conforme o caso.

**Subcláusula segunda** – A indenização das benfeitorias úteis será objeto de acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das penalidades**

Pelo descumprimento das cláusulas e condições previstas neste contrato, sem a devida justificativa aceita pela **Locatária** e sem prejuízo das demais sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93, a **Locadora** ficará sujeita às penalidades descritas abaixo:

a) advertência escrita;

b) multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor global estimado deste contrato, no caso de descumprimento das cláusulas e condições nele pactuadas, limitada a 20% do referido valor;

c) decorridos 30 (trinta) dias do início do fato que deu origem à aplicação da penalidade prevista no item anterior, sem que tenham sido tomadas as providências necessárias pela **Locadora** e, no caso de descumprimento repetido das cláusulas e condições pactuadas, possibilidade de rescisão unilateral do contrato, observado o interesse da **Locatária**;

**Subcláusula primeira** – A aplicação das multas acima previstas, mediante instauração de processo administrativo, será precedida, em qualquer hipótese, de notificação extrajudicial prévia para regularização da obrigação, sob pena das multas ora cominadas.

**Subcláusula segunda** – Aplicada a multa prevista, poderá a Administração notificar a **Locadora** a recolher a quantia devida à Superintendência de Finanças da Locatária, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento do comunicado formal da decisão definitiva proferida pela autoridade competente, ou realizar compensação, existindo pagamento vincendo a ser realizado pela **Locatária** ou valores retidos dos pagamentos devidos por esta.

**Subcláusula terceira** - Na impossibilidade de recebimento da multa nos termos da subcláusula anterior, a importância aplicada, ou seu remanescente, deverá ser cobrada judicialmente, nos termos do art. 38, §3º, do Decreto n.º 45.902/2012;

**Subcláusula quarta** – À **Locadora**, por meio de seu representante, em caso de aplicação de qualquer das penalidades acima previstas, será garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação formal.

**Subcláusula quinta** – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo

pagamento, de acordo com a variação “pro-rata tempore” do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo, conforme a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da rescisão**

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **Locatária**, se o interesse público o justificar, mediante prévia comunicação à **Locadora**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, ainda, na ocorrência dos casos mencionados nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da execução do Contrato**

A **Locatária**, por meio do(a) Diretor(a) das Promotorias de Justiça da Família, indicará um representante para acompanhar a execução do presente contrato, o qual se encarregará, dentre outras, das seguintes providências:

a) encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça, via Setor de Protocolo, as guias referentes às despesas com condomínio, energia elétrica, IPTU e Taxa de coleta de lixo, em até 07 (sete) dias úteis anteriores ao vencimento das mesmas para que seja efetuado o pagamento desses encargos;

b) encaminhar à **Locadora** o cheque relativo ao pagamento do aluguel, na hipótese da impossibilidade de a **Locatária** efetuar o depósito bancário, nos termos do item “b.1” da cláusula quarta deste instrumento;

c) relatar à Procuradoria, por meio de ofício, qualquer descumprimento, por parte da **Locadora**, das cláusulas e condições do presente contrato;

d) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, devendo as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência serem solicitadas à Diretoria-Geral da Procuradoria, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

e) notificar a **Locadora**, quando houver descumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, comunicando o ocorrido imediatamente à Superintendência de Gestão Administrativa da Procuradoria, por meio de ofício ou correspondência eletrônica;

f) ao término da locação, determinar as providências necessárias para a devolução das chaves do imóvel à **Locadora**.

**Subcláusula única** – A designação, pela **Locatária**, de representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da **Locadora** pelos danos causados diretamente à **Locatária** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do mesmo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Dos documentos integrantes**

Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os efeitos, o ato de motivação do Superintendente de Gestão Administrativa em Exercício, com a respectiva autorização da Diretoria-Geral e a ratificação do Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, bem como a proposta da **Locadora**, o Laudo de Vistoria (Anexo Único – 1568493), nos termos do inciso XI do art. 55 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da publicação**

A **Locatária** publicará o extrato do presente contrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos e para os fins da Lei Federal n.º 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do foro**

É competente o foro da comarca de Belo Horizonte para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – Dos casos omissos**

Surgindo dúvidas na execução e interpretação do presente contrato ou ocorrendo fatos relacionados com o seu objeto e não previstos em suas cláusulas e condições, as partes sujeitar-se-ão às normas da Lei Federal n.º 8.666/93 e de suas alterações e aos princípios jurídicos aplicáveis.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente Contrato, para um só efeito de direito, por meio de senha/assinatura eletrônica, na presença de duas testemunhas.

**Locatária:**

**Márcio Gomes de Souza**  
**Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo**

**Locadora:**

**Rodrigo Cunha Trindade**  
**Agência Energia Projetos e Consultoria em Engenharia Térmica - Eireli**

**Testemunhas:**

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 13/08/2021, às 18:08, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CUNHA TRINDADE, Usuário Externo**, em 16/08/2021, às 12:02, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

---



Documento assinado eletronicamente por **VALDENIA SILVA MELO, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 16/08/2021, às 13:32, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

---



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA SOARES DE ASSIS, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 16/08/2021, às 14:16, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1568435** e o código CRC **64F6E577**.

---

Processo SEI: 19.16.3712.0058945/2021-50 / Documento SEI:  
1568435

Gerado por: PGJMG/PGJAA/DG/SGA/DGCT

---

AVENIDA ÁLVARES CABRAL, 1740 - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**LAUDO DE VISTORIA**

**Setor Remetente:** Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial  
**Finalidade:** Novo Contrato  
**Objeto:** Salas 706 e 708  
**Localização:** Ed. Office Ouro Preto  
Rua Ouro Preto, nº 581 – Barro Preto – Belo Horizonte/MG

**I. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL**

Tratam-se das salas 706 e 708 localizadas no 7º pavimento, do Edifício Office Ouro Preto, situado na Rua Ouro Preto, nº 581 – Barro Preto – Belo Horizonte/MG. O imóvel em questão apresenta as seguintes características:

- ▣ **Estado de conservação:** excelente, a edificação é nova, não apresentando nenhum desgaste dos acabamentos;
- ▣ **Padrão construtivo:** alto;
- ▣ **Área total estimada:** 369,98 m<sup>2</sup>;
- ▣ **Fachada:** revestida com placas de granito e esquadrias de alumínio de cor preta e vidro laminado refletivo com pele de vidro;
- ▣ **Estrutura:** convencional, estruturada em pilares, vigas e lajes de concreto armado;
- ▣ **Elevações:** paredes de alvenaria;
- ▣ **Garagem:** não inclusas neste contrato;
- ▣ **Padrão de energia:** cada sala possui 01 (um) padrão de energia independente do tipo Classe 2, com 02 (duas) fases, 03 (três) fios, tensão de 120 V e com 01 (um) disjuntor bipolar de 40 A;
- ▣ **Quadros de distribuição:** cada sala possui um QDC independente com 01 (um) disjuntor bipolar de 40 A (disjuntor geral), 01 (um) disjuntor bipolar de 25 A, 01 (um) disjuntor monopolar de 20 A, 01 (um) disjuntor monopolar de 10 A e 01 (um) disjuntor do tipo supressor de surto;
- ▣ **Instalações de rede e telefonia:** possui caixa de entrada e tubulação;
- ▣ **Padrão de água:** único para o condomínio;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- **Prevenção e combate a incêndio:** a edificação possui medidas de prevenção e combate a incêndio como iluminação de emergência, placas indicativas, hidrante de recalque, extintores, alarme sonoro e sistema de sprinkler;
- **Ar condicionado:** todas as salas apresentam ponto para a instalação de 01 (um) aparelho de ar condicionado do tipo split;

### Circulação vertical:

- **Escada:** do tipo enclausurada, com caixa de escada de concreto, porta corta fogo, degraus com tratamento anti-derrapante, com guarda-corpo em alvenaria e corrimão em tubos de ferro pintado;
- **Elevadores:** 03 (três) elevadores OTIS com capacidade para 10 (dez) pessoas, ou 745 Kg, com porta de 0,80 x 2,10 m;

### Salas 706 e 708 do 7º andar:

- **Pé direito:** 2,80 m (com forro);
- **Piso:** revestido em placas de porcelanato;
- **Rodapé:** em placas de porcelanato;
- **Paredes:** emassadas e pintadas de branco;
- **Teto:** forro de gesso pintado com o sistema de sprinkler aparente;
- **Porta:** da entrada, de abrir, do tipo prancheta, envernizada, de dimensões de 0,80 x 2,10 m. Existe uma porta de correr, em mdf, interligando as duas salas;
- **Janela:** esquadrias em perfil de alumínio anodizado e vidro laminado refletivo verde 4 x 4;
- **Luminárias:** quadradas, de sobrepor;
- ▮ **Instalação Elétrica:** tomadas 2P+T no novo padrão ABNT, embutidas nas alvenarias. As salas que estão interligadas, sem a construção da alvenaria, possuem tomadas 2P+T instaladas no piso;
- ▮ **Instalação telefônica e rede:** possui caixa de entrada;

### Banheiro da sala do 7º andar (não atendem à NBR 9050/04):

- **Dimensões:** 1,10 x 1,45 m;
- **Pé direito:** 2,60 m;
- **Piso:** revestido com placas de porcelanato;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- **Teto:** em forro de gesso pintado de branco;
- **Paredes:** revestido com placas cerâmicas até o teto;
- **Porta:** de abrir, do tipo prancheta, tratada e envernizada, de dimensões de 0,60 x 2,10 m;
- **Janela:** não possui. Existe um sistema de exaustão mecânica;
- **Iluminação:** luminária de embutir quadrada, para lâmpadas fluorescentes tubulares compactas, com aleta;
- **Lavatório:** lavatório retangular, de louça branca sem coluna, válvula e sifão cromados;
- **Vaso sanitário:** bacia sanitária com caixa acoplada em cerâmica branca sem assento;
- **Ducha higiênica:** apenas ponto de água;
- ▮ **Espelho:** não havia sido instalado.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2021.

  
Júlio Gomes do Val  
Crea-MG 99.510/D  
MAMP 4996